

ESTUPRO DE VULNERÁVEL:

Caracterização de meninas mães no ano de 2020 - Brasil e regiões

Lígia Cardieri¹

Para bem compreender os objetivos deste texto é necessário ler o estudo anterior “[Estudo presumido no Brasil: Caracterização de meninas mães no país, em um período de dez anos \(2010 - 2019\), com detalhamento pelas cinco regiões geográficas e estados brasileiros](#)”, apresentado pela Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS), que analisou dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos do Ministério da Saúde (SINASC/MS) para um período de dez anos - de 2010 a 2019 - referente às meninas de 10 a 14 anos que pariram filho nascido vivo (NV) em todo o país. Nele constam ainda as propostas para prevenir novas ocorrências e para compensar a perda de direitos que atinge tão fortemente milhares de meninas.

Recorde-se que no Brasil, na década observada, foram identificadas 252.786 meninas de 10 a 14 anos que engravidaram e tiveram filho nascido vivo, o que representava uma taxa média anual de meninas mães de 0,9 % de todos os partos de NV (variando de 0,4 no DF até 1,8% no Acre), com média de 25.280 casos por ano, ou 69 estupros por dia. Meninas expostas ao crime de estupro de vulnerável e que, por falta de apoio, informação ou de acesso ao aborto legal, acabaram por parir outra criança, e podem continuar expostas à atividade sexual sob coação, ou serem submetidas a casamento infantil, eventos que pela legislação brasileira constituem crime ([tabela 1 do estudo original](#), pág.6).

Observou-se também, ao longo da década, uma tendência decrescente no número anual de casos, mais acentuada nos estados da região Sudeste e Sul, e sugerem-se pesquisas localizadas para identificar que políticas públicas foram efetivas para se obter as reduções constatadas, de forma a aplicá-las ou intensificá-las em realidades onde a incidência de casos permanece elevada. ([tabela 2 do estudo original](#), pág.7).

MENINAS MÃES EM 2020

Apresenta-se aqui uma atualização dos dados do SINASC, publicados no site do Datasus/MS, para os nascidos vivos de meninas até 14 anos, no ano de 2020, com menos detalhamento do que foi apresentado na pesquisa original. Ainda não foram publicados os dados para o ano de 2021.

¹ Graduada em Ciências Sociais e especialista em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e em Epidemiologia pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Servidora pública aposentada pela Secretaria de Saúde do Paraná (SESA PR). Coordenadora Executiva Nacional da Rede Feminista de Saúde e integrante do Conselho Diretivo da Rede de Saúde de Mulheres Latino-Americanas e do Caribe (RSMLAC). E-mail: ligiacardieri@gmail.com.

Foram registrados **17.579 nascidos vivos em partos de meninas entre 10 e 14 anos** no ano de 2020, representando 0,64% de todos os 2.730.145 de partos em mulheres em todas as faixas etárias. Os dois menores percentuais de meninas mães ocorreram na região Sul (0,38%) e Sudeste (0,40%), e o mais alto na região Norte (1,24%), seguindo-se o Nordeste (0,89%) e Centro-Oeste (0,61%).

Acrescente-se ainda as 272 meninas, também violadas, que tiveram filho nascido morto, resultando em uma taxa de óbito fetal de 15,47 por mil NV nessa faixa etária, superior à taxa verificada no conjunto de mães de todas as idades, que foi de 10,61 por mil NV (com 39.361 óbitos fetais em 2020, para o país). Na década analisada anteriormente (2010-2019), a taxa de óbito fetal entre meninas mães havia sido de 13,64 por mil NV, também acima da taxa calculada para mães de todas as idades. ([tabela 10 do estudo original](#), pág. 16).

TABELA 1 - NASCIDOS VIVOS EM 2020 DE MÃES ENTRE 10-14 ANOS, % NO TOTAL DE NV; ÓBITO FETAL E TAXA DE MORTALIDADE FETAL POR MIL NV, POR REGIÕES BRASILEIRAS.

Região	NV de mães de 10 a 14 anos	NV de mães Todas as idades	% de NV 10-14 anos	OB.FETAL -mães De 10-14anos	Taxa Ob.fetal por mil NV
Norte	3.740	301.635	1,24	49	13,10
Nordeste	6.822	770.688	0,89	109	15,97
Sudeste	4.210	1.052.399	0,40	71	16,86
Sul	1.410	374.949	0,38	25	17,73
Centro-Oeste	1.397	230.474	0,61	18	12,88
Brasil	17.579	2.730.145	0,64	272	15,47

Fonte: MS/SVS/DASIS - SINASC/2020- e SIM/Datasus- elaboração da autora ²

TABELA 2 - MENINAS MÃES ENTRE 2019 E 2020, POR ESTADO E REGIÃO, E ÍNDICE % DE REDUÇÃO OU AUMENTO (*) NO PERÍODO.

Estado/região	Casos 2020	Casos 2019	Diferença	Índice %
Rondônia	157	198	- 41	-20,7
Acre	206	243	-37	-15,2
Amazonas	1075	1.248	-173	- 13,9
Roraima	189	193	-4	- 2,1
Pará	1670	1.816	-146	- 8,0
Amapá *	188	173	+15	+ 8,7
Tocantins*	255	241	+ 14	+ 5,8
R. Norte	3.740	4.112	-372	-9,05
Maranhão	1287	1.405	- 118	- 8,4
Piauí	416	417	1	-0,2

² Em todas as tabelas a fonte dos dados é o SINASC/MS 2020, já mencionado, e elaboração da autora, com utilização do Estudo meninas mães 2010-2019 da RFS para comparações.

Ceará	979	1.012	- 33	- 3,3
RG Norte	322	376	- 54	- 14,4
Paraíba	436	473	- 37	- 7,8
Pernambuco	960	1.091	- 131	- 12,0
Alagoas	546	606	- 60	- 9,9
Sergipe	308	316	- 8	- 2,5
Bahia	1568	1.808	- 240	- 13,3
R. Nordeste	6.822	7.504	-682	-9,09
Minas Gerais	1002	1.149	- 147	- 12,8
Espírito Santo*	308	281	+27	+ 9,6
Rio de Janeiro	1128	1.245	- 117	- 9,4
São Paulo	1772	1.961	- 189	- 9,6
R. Sudeste	4.210	4.636	-426	-9,19
Paraná	629	714	- 85	- 11,9
Santa Catarina	305	308	- 3	- 0,9
RG Sul	476	503	- 27	- 5,4
R. Sul	1.410	1.525	-115	-7,54
Mato Grosso	445	491	- 46	- 9,4
M. Grosso do Sul	355	372	- 17	- 4,6
Goiás	474	530	- 56	- 10,6
Distrito Federal	123	160	- 37	- 23,1
R. Centro Oeste	1.397	1.553	-156	-10,04
Brasil	17.579	19.330	-1751	-9,06

Comparando com 2019, as meninas mães tiveram uma redução média de 9,06 % no país em 2020, com índice um pouco menor no Sul e um pouco maior no Centro-Oeste. Entretanto, três estados apresentaram aumento de casos: Espírito Santo, Amapá e Tocantins. O maior índice de redução (23,1%) ocorreu no Distrito Federal. Mesmo com tendência geral decrescente no país, é preciso alertar para o fato incontestável: **a cada dia daquele ano nasceram no Brasil 48 bebês, dois a cada hora, de meninas com menos de 14 anos.**

Em que momento foi revelada a gravidez? Quem foram os violadores? A quantas delas foi dada a informação correta de que poderiam ter escolhido interromper a gestação em serviço de saúde legal e seguro? Quantas podem ter recorrido a alternativas perigosas para abortar?

Que serviço municipal continua acompanhando a situação dessas meninas e monitorando os benefícios de políticas públicas a que todas teriam direito: educação, assistência social, saúde, prevenção de nova gravidez, punição do violador, e outras?

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DAS MENINAS MÃES EM 2020

TABELA 3 - MENINAS MÃES SEGUNDO COR/RAÇA POR REGIÕES, BRASIL 2020

Região	Negra*	%	Indígena	%	Outras	%	Total
Norte	3.091	82,6	449	12,0	200	5,3	3.740
Nordeste	5.954	87,3	118	1,73	750	11,0	6.822
Sudeste	2.893	68,7	15	0,4	1.302	30,9	4.210
Sul	402	28,5	43	3,0	965	68,4	1.410
Centro- Oeste	960	68,7	191	13,7	246	17,6	1.397
Brasil	13.300	75,6	816	4,6	3.463	19,7	17.579

Comparando-se com o período analisado no estudo anterior, verifica-se que os 75,6 % de meninas negras (pretas mais pardas) em 2020 foi mais elevado do que a média dos dez anos (2010-2019), que era de 71,1%, e isso ocorreu em todas as regiões, exceto na região Norte. Com relação às meninas indígenas o fato se repete: o percentual em todas as regiões foi mais alto, resultando em 4,6 % para o país, em 2020, comparado a 3,2% que foi a média da década anterior. Disso se pode presumir que a redução de partos em meninas brancas menores de 14 anos foi maior, indicando possivelmente medidas mais efetivas nas políticas protetivas para elas, seja para evitar o estupro ou uma gravidez, ou mesmo para acessar serviços de aborto legal. Outra possibilidade é que mais meninas se sintam à vontade para declararem que são pardas ou pretas, como já foi observado em outras pesquisas, e interpretado como resultado de um ativismo do movimento negro, que cresceu nos últimos anos e vem valorizando a ancestralidade africana.

TABELA 4 - MENINAS MÃES SEGUNDO ESTADO CIVIL, POR REGIÃO, BRASIL 2020

Região	Solt.	%	UE/cas	%	Outra	%	Total
Norte	2.787	74,5	897	24,0	56	1,5	3.740
Nordeste	5.302	77,7	1.398	20,5	122	1,8	6822
Sudeste	3.852	91,5	337	08,0	21	0,5	4.210
Sul	1.227	87,0	169	12,0	14	1,0	1.410
Centro- Oeste	1.195	85,5	190	13,6	12	0,9	1.397
Brasil	14.363	81,7	2.991	17,0	225	1,3	17.579

Os dados da tabela 4 mostram grande diferença entre as regiões, com o Norte e Nordeste apresentando os maiores percentuais de meninas casadas ou que vivem em união estável, como já ocorria no estudo anterior. Mas, no geral, em 2020 foi menor o contingente de meninas mães que vivem em união, com 17% no país, enquanto na média da década anterior era de 20,3%. Essa redução ocorreu em quatro regiões, sendo mais acentuada na região Sul, onde era de 18,0% e

caiu para 12,0%. A região Sudeste apresentou um pequeno aumento no percentual de meninas unidas: era 8,0% e subiu para 8,9%.

TABELA 5 - MENINAS MÃES SEGUNDO ANOS DE ESCOLARIDADE, POR REGIÃO, BRASIL -2020

Região	< 1	%	1-3	%	4-7	%	(a)	%	Total
Norte	70	1,90	56	1,50	206	5,5	332	8,9	3.740
Nordeste	15	0,22	09	0,13	54	0,7	78	1,1	6.822
Sudeste	03	0,07	-	-	06	0,1	09	0,2	4.210
Sul	02	0,14	01	0,07	25	1,7	28	2,0	1.410
Centro-Oeste	22	1,58	18	1,30	91	6,5	131	9,4	1.397
Brasil	112	0,6	84	0,5	382	2,2	578	3,3	17.579

A mudança mais notável em relação à década anterior está na escolaridade das meninas mães: enquanto os dados de 2010 a 2019 mostravam, no país, 70,0% dessas meninas com escolaridade abaixo de 7 anos, no ano 2020 aparecem apenas 3,3% nessa situação. Todas as regiões brasileiras mostraram avanço nessa característica, e a redução mais significativa foi na região Nordeste, que caiu de 74% para apenas 1,1% das meninas com menos de 7 anos de escola. Na região Norte caiu de 75,8% para 8,9%; no Sudeste de 63,4% para 0,2%, na região Sul passou de 66,5% para 2,0%, e no Centro-Oeste de 62,2% para 9,4%.

Esse expressivo aumento na escolaridade mostra que a escola representa um ambiente favorável para se oferecer às meninas e meninos os conteúdos de educação sexual essenciais para que conheçam o próprio corpo e seus direitos sexuais e reprodutivos, possibilitando que se protejam de abusos e busquem apoio em situações constrangedoras de sua intimidade.

TABELA 6 - MENINAS MÃES SEGUNDO CONSULTAS DE PRÉ-NATAL, POR REGIÃO, BRASIL - 2020

Região	Nenhuma	%	1-3 Cons.	%	4-6 Cons.	%	7 ou+ Cons.	%	Ign.	Total
Norte	169	4,5	848	22,7	1.488	39,8	1.211	32,4	24	3.740
Nordeste	161	2,4	838	12,3	2.304	33,8	3.462	50,7	57	6.822
Sudeste	83	2,0	376	8,9	1.188	28,2	2.521	59,9	42	4.210
Sul	23	1,6	119	8,4	338	24,0	923	65,5	07	1.410
Centro-Oeste	63	4,5	193	13,8	455	32,6	683	48,9	03	1.397

Brasil	499	2,8	2.374	13,5	5.773	32,8	8.799	50,1	133	17.579
--------	-----	-----	-------	------	-------	------	-------	------	-----	--------

Os dados mostram que apenas metade das meninas tiveram a quantidade recomendada para o pré-natal, sete consultas ou mais; destaque pior para a região Norte, com menos de um terço nesse patamar. Além da baixa quantidade de consultas, o indicador qualitativo do próprio SINASC afirma que o pré-natal **foi inadequado para 98,6%** delas pois teve início tardio. Essa demora tanto indica um desconhecimento das meninas com os sinais iniciais de uma gravidez, ou a vergonha de se expor, e também a possível situação de medo ou ameaça a que estariam expostas em relação à pessoa do violentador.

A efetiva presença de educação sexual nas escolas pode contribuir muito para mudar esse panorama, de forma que meninas percebam a gravidez logo no início e possam ter acesso ao procedimento de aborto legal e precoce, caso desejem, ou a uma gravidez bem acompanhada pelos serviços de saúde.

TABELA 7- MENINAS MÃES SEGUNDO PESO AO NASCER DO RECÉM NASCIDO (RN) POR REGIÃO, BRASIL -2020

Região	RN - peso < 2500g	Baixo Peso %	Total
Norte	495	13,2	3.740
Nordeste	910	13,3	6822
Sudeste	645	15,3	4.210
Sul	190	13,5	1.410
C.Oeste	179	12,8	1.397
Brasil	2.419	13,8	17.579

No conjunto das mulheres de todas as idades que pariram um nascido vivo, o índice de baixo peso ao nascer foi de 8,6% em 2020. Para as meninas mães o índice foi de 13,8% dos bebês com baixo peso, sinalizando condições menos favoráveis aos recém nascidos dessas gestações em idade precoce. Exceto no Centro-Oeste em que o percentual baixou (era 13%), nas demais regiões o índice de baixo peso ficou maior em 2020. Na década anterior analisada o índice médio de baixo peso para os RN de meninas mães foi de 13,2%.

Outro indicador que piorou em 2020 foi o índice de prematuridade, ou seja, nascimento com menos de 37 semanas de idade gestacional: a média da década anterior era de 16,8% e em 2020 passou a 17,9% das meninas que tiveram parto prematuro. Bebês prematuros exigem maiores cuidados, em especial no período logo após o parto, e caso não estejam disponíveis, irão contribuir para o aumento da mortalidade infantil. Portanto, além da sobrecarga para a saúde dessas meninas, a gravidez delas impacta negativamente também na condição dos nascidos vivos.

Vale mencionar ainda que a taxa média de cesarianas entre as meninas mães foi de 37,4%, indicando um pequeno decréscimo em relação aos 38% da década anterior, e um pequeno aumento na gravidez gemelar, que passou de 0,9% na década analisada para 2,1% em 2020.

BREVE CONCLUSÃO

A análise de um único ano como esta, realizada com dados de 2020, tem menor consistência para apontar tendência do que uma análise agregada de dez anos como a que foi feita anteriormente. Certos dados que têm pequena expressão numérica - como as mortes maternas - precisam ser analisados em um período temporal de três, cinco ou dez anos, para que tenham validade como um indicador.

As pessoas interessadas em efetivamente enfrentar o problema grave das meninas mães devem buscar o detalhamento dos indicadores aqui comentados para seu município e/ou estado. O banco de dados do SINASC é aberto a consultas e é responsabilidade de cada Secretaria Municipal de Saúde alimentar os registros mensalmente. Para agir localmente sobre o tema - seja para prevenir nova gravidez ou para amparar as meninas que se tornaram mães - seria desejável uma maior integração entre a gestão da saúde, da assistência social e da educação, valendo-se ainda da atuação dos Conselhos Tutelares, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Ministério Público, onde for necessário. A Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos está à disposição para debater o tema.

Rede Feminista de Saúde

Site: <https://redesaude.org.br/>

Instagram: [@edefeministadesaude](https://www.instagram.com/edefeministadesaude)

E-mail: redefeministasaude.com@gmail.com